

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE FISCAL DO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2023.

Aos vinte e oito (28) de setembro de dois mil e vinte e três (2023), às quatorze horas (14), no salão do Plenário da Câmara Municipal de Petrópolis, o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Vereador **Gil Magno** cumprimentou à todos e disse que tendo como objetivo a ampliação da participação popular e a valorização da transparência da gestão fiscal, a Câmara Municipal de Petrópolis promoveu naquele dia a Audiência Pública para a demonstração e avaliação de dados para a verificação do cumprimento das metas fiscais deste segundo quadrimestre de dois mil e vinte e três (2023). Informou que para abrir oficialmente a reunião, agradeceu a presença e convidou para prestar apoio a Casa e a população, começou convocando o **Doutor Alexander Vicente Rego Silva**, Subsecretário, **Paulo Roberto Patuléa**, Secretário, **Juarez dos Reis Borges**, contabilista do Município, **Doutor Miguel Barreto**, procurador. Continuou apresentando o controlador geral, secretário **Thiago Mesquita Gibrail**, agradeceu a presença também dos nobres Vereadores **Doutor Mauro Peralta** e **Domingos Galante**. Disse que gostaria de abrir a audiência agradecendo a presença de toda assistência também, todos que estavam assistindo e lembrando que estava passando pela TV Câmara a audiência. Disse também que já que se tratava de uma reunião de trabalho de apresentação, e era com grande satisfação que abriu a audiência de demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais do Executivo Municipal referente ao primeiro quadrimestre. Afirmou que estava em conformidade com o edital número zero trinta e três (033) de dois mil e vinte e três (2023) com duas publicações em jornal de grande circulação, e também será divulgado este encontro em meios de comunicação. A Câmara Municipal possui a prerrogativa constitucional de fiscalizar os serviços públicos prestados no âmbito do Município de Petrópolis nos termos do artigo trinta e um (31) da Constituição da República e cumprindo a determinação disposta no artigo nono (9º) parágrafo quarto (4º) da lei de responsabilidade fiscal, número cento e onze (111), cento e um (101) de quatro (4) de março de dois mil (2000), e diante disso o encontro era uma oportunidade para a sociedade civil conhecer como foi feito o emprego dos recursos públicos em nosso Município nesse período. Passou, então, a palavra para a condução dos trabalhos, ele mesmo como Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento desta Casa Legislativa, anunciando que para secretariar a audiência seria o **Vereador Domingos Protetor**, ressaltou também que a sessão será registrada em ata e será publicada no site em breve. Deu sequência dizendo que, conforme a resolução seria feito a exposição dos trabalhos depois abriria espaço para quem desejasse formular perguntas e pedidos de esclarecimentos, colocando-

se a disposição. Passou então a palavra ao Secretário **Paulo Roberto Patuléa**. Com a palavra o secretário, agradeceu o Presidente **Gil Magno**, os demais Vereadores, a plenária e disse que estavam apresentando o segundo quadrimestre, estando à disposição ao final para relatar qualquer dúvida e prestar esclarecimentos, agradeceu também sua equipe, o subsecretário **Juarez dos Reis Borges**, o procurador e os demais colegas de trabalho, se colocando assim em inteira disposição. Retornou com a palavra o Vereador **Gil Magno** agradecendo ao secretário e dizendo que no exercício da presidência dessa Comissão, agradeceu a responsabilidade do Governo Rubens Bomtempo e de estar sempre enviando toda a equipe da Secretaria de Fazenda para a apresentação do quadrimestre. Logo em seguida o secretário **Paulo Roberto Patuléa** citou o seu controlador e amigo do Município, passando assim, o Presidente Vereador **Gil Magno** a palavra para o mesmo, que cumprimentou a todos os presentes a Mesa e todos os servidores da Casa Plenária, aqueles que estavam assistindo, e disse ser uma satisfação estar neste Parlamento para que possam dirimir e poder estar respondendo os questionamentos dos Vereadores. Passou-se a palavra novamente para o Vereador **Gil Magno** que perguntou ao Procurador Doutor **Miguel Barreto** para as suas considerações iniciais. Com a palavra o procurador cumprimentou a todos, inclusive o Presidente **Gil Magno** em nome de quem cumprimentou os Vereadores presentes **Doutor Mauro Peralta e Domingos Protetor** e todos os demais Vereadores e parabenizou o trabalho profícuo de fiscalização do Poder Executivo, trabalho sempre muito propositivo que ajuda muito ao gestor público a aperfeiçoar o seu trabalho, disse ainda que sempre que vem a Casa, faz questão de parabenizar todos os Vereadores pelo trabalho que eles vêm fazendo em um período tão difícil da nossa história, em que enfrentamos a maior calamidade. Então esse espírito de União, espírito contributivo, colaborativo, foi muito importante para que o Poder Executivo possa enfrentar os desafios do nosso dia a dia, então afirmou que para ele também era uma honra estar na Casa Legislativa, pois trabalhou na mesma por duas vezes, cumprimentou o trabalho que os servidores prestam, dizendo que é de fundamental importância para a sociedade. Ressaltou a satisfação de estar ao lado dos amigos **Alexander Vicente Rego Silva**, subsecretário de fazenda, nosso querido **Patuléa**, que está sempre contribuindo com seu trabalho, já pelo quarto mandato em favor do Município de Petrópolis, que teve esse trabalho reconhecido pela Casa recentemente numa cerimônia muito tocante, disse também que sabemos que a vida pública não é fácil e está por tanto tempo contribuindo com a sociedade, que realmente são pessoas muito especiais, escolhidas para isso. Fez questão também de deixar sua manifestação de congratulação ao secretário **Patuléa**, que enfrenta muitos problemas no dia a dia, mas tem essa positividade de buscar sempre a solução e trazer o melhor para a sociedade. Também cumprimentou **Juarez dos Reis Borges**, dizendo que ele é um quadro histórico da Prefeitura, muito competente, passando em seguida direcionar sua fala ao amigo **Thiago Mesquita Gibrail**, nosso



controlador geral que vem aqui contribuindo também com suas observações e ficar a disposição de todos, qualquer dúvida, qualquer esclarecimento, qualquer pergunta se colocou à disposição. Passou-se a fala para o Vereador **Gil Magno**, que agradeceu ao **Doutor Miguel Barreto**, e lembrou que esta Casa, usando as vossas palavras, o reconhecimento desse grande homem, secretário **Paulo Roberto Patuléa** fez questão de fazer uma grande homenagem aos quinze Vereadores, todos subscreveram essa homenagem no reconhecimento do brilhantismo, na atuação do controle das contas do nosso município, na condução da secretaria de fazenda, disse também que ficamos muito honrados em poder fazer essa homenagem ao grande secretário **Paulo Roberto Patuléa**. Convocou o subsecretário para as suas considerações iniciais, antes de passar para o **Juarez** fazer a apresentação, se reportou também aos nobres Vereadores caso quisessem fazer o uso da palavra antes da apresentação. **Doutor Mauro Peralta** se manifestou dizendo que o **Doutor Paulo Roberto Patuleia**, personalidade do ano, escolhido por Vereador que não é da base do governo, **Vereador Gil Magno** se manifestou dizendo ser um grande reconhecimento, e logo em seguida o **Vereador Domingos Protetor** solicitou o pela ordem, e fazendo o uso da palavra, se direcionou ao Presidente dizendo que sempre já falou com o nosso secretário **Patuléa**, sempre que o encontra também diz que acha que a Fazenda é um cargo tão importante, e o profissional que é o **Patuléa**, tinha que ser igual banco central, tinha que ser nomeado e ficar lá, passe o governo que passar, ele está lá fazendo parte, não fazendo injustiça com nenhum outro, mas disse que Vossa Excelência ficará na história da Cidade de Petrópolis, como o melhor secretário de fazenda que esse Município já teve que tem certeza, não só pela honradez, mas também por sua grande competência e experiência, no que Vossa Excelência faz, então continuou dizendo que gostaria de deixar as suas considerações iniciais, dizer que fica muito feliz de estar presente ouvindo e aprendendo com a Vossa Excelência, no mais agradeceu ao Presidente. Retomando a palavra o Presidente **Vereador Gil Magno** agradecendo o **Vereador Domingos Protetor**. Passou assim, a palavra ao nosso subsecretário **Doutor Alexandre Vicente Rego Silva**, que iniciou sua fala cumprimentando a todos os presentes e os que acompanham via internet, pelo canal da Câmara, e manifestou sua satisfação de ter a oportunidade de participar deste grupo muito valoroso, e trazer para a população, principalmente para o contribuinte as informações necessárias, e acredita ser indispensável explicar como funciona a Fazenda Pública, às vezes é algo muito técnico, sendo uma pasta muito técnica e talvez essa informação não seja tão alcançável, então disse que é o dever deles trazer a melhor informação para o contribuinte e também parabenizou o governo na pessoa do Prefeito **Rubens Bomtempo**, por dar condições para que essa pasta funcione como funciona, e que eles tenham condições de trazer os resultados que trazem, não só para o governo, mas para muito além do governo, mas para cada petropolitano que absorve dia após dia os benefícios de uma gestão responsável dos recursos, não só quanto à aplicação, mas

também quanto a arrecadação. Deu continuidade a sua fala agradecendo a iniciativa, parabenizou todos os Vereadores presentes, desejou que tivessem uma boa sessão e muito esclarecedora. O **Vereador Gil Magno** agradeceu o subsecretário Doutor **Alexander Vicente Rego Silva**, dando sequência a sua fala dizendo que esse quadrimestre deveria apresentar um dos impactos quando aconteceu aquela triste notícia da redução do repasse do ICMS, e que deixou esta Casa perplexa, chocada com tudo que aconteceu, os Vereadores da base em especial o Vereador **Léo França**, que fizeram uma moção de repúdio, foram na Câmara Municipal de Teresópolis para entregar ao Presidente da Casa, tentar persuadir de que fosse revertida aquela situação de alguma forma pelo Prefeito de Teresópolis, que foi um dos causadores dessa redução do índice. Lamentavelmente eles não quiseram aceitar em princípio, mas a justiça foi feita e teve uma decisão que a ordem foi restabelecida e a recuperação aconteceu, e disse que ficaria muito feliz em assistir essa apresentação do quadrimestre, mostrando para todos o que seria um impacto negativo no nosso orçamento se prevalecesse essa decisão de certa forma não pensada, covarde da Justiça, não sei de onde saiu essa movimentação desses municípios, mas Petrópolis ficaria refém e as obras da recuperação do nosso Município pós-tragédia ficariam comprometidos. Portanto, deu sequência em sua fala dizendo que conforme a resolução oitenta e oito (88) de dois mil e dezesseis (2016), primeiramente fariam a exposição dos trabalhos e depois abririam para perguntas e sugeriu até mesmo criar, se direcionando ao secretário **Patuléa** uma dinâmica. Passou assim a palavra para considerações iniciais e na sequência o **Juarez dos Reis Borges** faria a apresentação do quadrimestre. O **Juarez** fez assim o uso da palavra, cumprimentando o Vereador **Gil Magno**, presidente da Comissão de orçamentos e finanças, cumprimentou também os Vereadores **Domingos Protetor** e o **Doutor Mauro Peralta**, saudou também o secretário de fazenda **Patuléa**, ao dizer que é orgulho fazer parte da equipe da Fazenda e agradeceu mais uma vez pela oportunidade de estar presente fazendo aquela apresentação, se referiu ao amigo **Thiago Mesquita Gibrail**, também secretário de controle interno, logo em seguida o **Doutor Miguel Barreto**, procurador do município, e o amigo **Alexander Vicente Rego Silva**, deu sequência cumprimentando a todos, a assistência e deu início a explanação dos números das metas do segundo quadrimestre. Deu continuidade, dizendo da avaliação do cumprimento das metas fiscais do segundo quadrimestre, mostrando no slide as Unidades Gestoras do Município, e em seguida iniciou com a receita arrecadada pelo Município em dois mil e vinte e três (2023) no quadrimestre, e até o quadrimestre destacou algumas receitas, as receitas diretas, IPTU totalizou até o quadrimestre noventa e seis milhões quatrocentos e oitenta e um mil (96.481.000), ISS oitenta e nove milhões trezentos e onze mil (89.311.000), imposto de renda, quarenta e nove milhões setecentos e noventa mil (49.079.000), ITBI dezessete milhões cento e sessenta e nove mil (17.179.000), imposto de renda aqui a arrecadação aumentou bastante em da

instituição normativa um (1), dois (2), três (3) e quatro (4) da Receita Federal e do Decreto nosso aqui do Secretário de Fazenda quatrocentos e noventa (490) do ano passado, onde há retenção de imposto de renda na fonte de serviços e material, destacou também o FPM de setenta e seis milhões zero setenta e um mil (76.001.000) e o ICMS trezentos e vinte e sete milhões setecentos e quarenta e cinco mil (327.745.000), onde no mês de agosto, teve uma arrecadação reduzida em razão da queda do IPM, que passou de quatro ponto seiscentos e quarenta e cinco (4.645), para um ponto quatrocentos e dezesseis (1.416), a arrecadação nesse período totalizou vinte e cinco milhões quinhentos e noventa e cinco mil (25.595.000) no mês de agosto, destacar também o FUNDEB com cento e cinquenta e seis milhões quatrocentos e setenta e seis mil (156.476.000) e transferência do SUS, cento e quarenta e dois milhões e dez mil (142.010.000), FNDE, vinte e três milhões e um mil e transferência do SUAS, três milhões quatrocentos e setenta e oito mil (3.478.000), tivemos operações de crédito de cinco milhões (5.000.000) e não tivemos em comparação o resultado orçamentário a receita realizada até o quadrimestre com a despesa liquidada não tivemos déficit, tivemos superávit que vai ser apontado lá na planilha da despesa. Dando sequência a apresentação, mostrou-se um gráfico, no qual citou a participação em percentual das maiores receitas arrecadadas pelo Município, temos o ICMS com vinte e seis por cento (26%), o SUS com doze por cento (12%), ISS com oito por cento (8%), IPTU com quatro por cento (4%), FUNDEB com doze por cento (12%), FPM com seis por cento (6%) e outras receitas aqui que o percentual bem um pouco baixo, totalizando o valor de um bilhão duzentos e sessenta e cinco milhões oitocentos e cinquenta e sete mil oitocentos e sessenta e nove reais e três centavos (1.265.857.869,03), o valor da receita líquida, dando continuidade, diz que naquele slide tivemos a participação da receita arrecadada diretamente, IPTU, trinta e cinco por cento (35%), ISS, trinta e três por cento (33%), imposto de renda, dezoito por cento (18%), ITBI, seis por cento (6%), e taxa de limpeza pública oito por cento (8%). Passando para outra página, a receita corrente líquida apurada no quadrimestre totalizou um bilhão seiscentos e cinquenta e sete milhões trinta e sete mil trezentos e sessenta e sete reais e noventa e sete centavos (1.657.037.367,97), receita ela é utilizada para apurar os percentuais de pessoal, dívida, operação de crédito garantia e contra garantia, dando sequência, a despesa executada no Exercício empenhada totalizou um bilhão quinhentos e setenta e um milhão setecentos e cinco mil seiscentos e treze reais e dezenove centavos (1.571.705.613,19), liquidada até o período um bilhão cento e noventa e três milhões trezentos e cinquenta e oito mil oitocentos e dezenove reais e quarenta e seis centavos (1.193.358.819,46), aqui há um resultado superávit de cento e trinta e quatro milhões setecentos e setenta e sete mil setecentos e quarenta e quatro reais e quinze centavos (134.770.744,15), ou seja, a arrecadação da receita é superior às despesas liquidadas que são comprometidas e pagas até o quadrimestre um bilhão cento e cinquenta e sete milhões quatrocentos e quarenta e cinco mil

7

quatrocentos e oitenta reais e oitenta e seis centavos (1.157.445.408,16), também com superávit de cento e setenta milhões seiscentos e oitenta e quatro mil oitenta e dois reais e setenta e cinco centavos (170.684.082,05), ou seja, o que se arrecadou até agora foi suficiente para pagar e ainda tem o valor de cento e setenta milhões (170.000.000) em caixa comparado com uma receita arrecadada, dando sequência apresentou a despesa liquidada por elemento, onde nós temos despesas correntes é a maior participação com quarenta e nove por cento (49%), pessoal e encargos vinte e um por cento (21%), outras correntes vinte e sete por cento (27%), investimento em despesas de capital dois por cento (2%) e o restante não tem assim, mas tem a participação muito pequena na relação da despesa. Passando para outro slide citou a despesa por função, diferentemente do que aponta o relatório específico que é o anexo oito (8) e o anexo doze (12) da LRF, a despesa com saúde ela na despesa liquidada chegou a trezentos e setenta e um milhões quatrocentos e sessenta e quatro mil trezentos e onze reais e sessenta e três centavos (371.464.311,63), a despesa com educação também pela fase da liquidação da despesa trezentos e nove milhões novecentos e quinze mil quatrocentos e quarenta e dois reais e sessenta e seis centavos (309.915.442,66), na despesa com função são consideradas todas as fontes de recurso utilizado pelo Município quando se analisa com o anexo oito e o anexo doze da LRF, esse valor é registrado apenas com obrigatoriedade do Município aplicar em educação e saúde os recursos provenientes de impostos e transferência de impostos, então, se tem a saúde com a maior participação por função seguida pela educação depois a administração em cargos especiais onde estão os pagamentos de dívidas e os inativos e pensionistas do Município cento e noventa e um milhões (191.000.000), noventa milhões (90.000.000) em saneamento, oitenta e três milhões (83.000.000) de urbanismo, setenta milhões (70.000.000) de administração, também está incluída a Câmara com vinte milhões setecentos e cinquenta e seis mil quatrocentos e cinquenta e três reais e dois centavos (20.756.453,02), passando para demonstração de outro gráfico, a participação por função na despesa liquidada, que é a referência, vinte e seis por cento (26%) na educação, trinta e um por cento (31%) na saúde no total, saneamento oito por cento (8%), em cargos especiais dezesseis por cento (16%), administração seis por cento (6%), e urbanismo sete por cento (7%). Passando o slide mostrou a despesa com pessoal do executivo no período até o segundo quadrimestre totalizou quarenta e três vírgula sessenta e sete por cento (43,67%) em razão da recente e corrente líquida apurada no período e isso equivale a dizer que o Município gastou setecentos e vinte e três milhões quinhentos e noventa mil quinhentos e oitenta reais e noventa e quatro centavos (723.590.080,04) despesa líquida de pessoal, ficando bem abaixo dos limites ali de alerta prudencial e limite máximo. Passando para a próxima página, do legislativo, a despesa ficou em torno de um vírgula quarenta e nove (1,49) no total de seis por cento (6%) de limite máximo legal, e o total da despesa vinte e quatro milhões setecentos e



oito mil setecentos e noventa e três reais e trinta e quatro centavos (24.708.793,34) e também bem distante dos limites de alerta prudencial e máximo. Continuando na outra página a despesa consolidada com o pessoal no município totalizou quarenta e cinco vírgula dezesseis por cento (45,16%), o limite legal de sessenta (70), prudencial de cinquenta e sete (57), e a de alerta cinquenta e quatro por cento (54%), o total da despesa apurada setecentos e quarenta e oito milhões duzentos e noventa e nove mil trezentos e setenta e quatro reais e vinte e oito centavos (748.099.074,28). Em outra página do slide mostrou a aplicação em educação, MDE, manutenção da educação, tem-se os seguintes percentuais empenhadas quarenta (40) liquidada trinta (30) e pagas trinta vírgula quinze por cento (30,15%) e no anexo oito (8) da educação o critério é pela despesa paga, nós estamos com um percentual de trinta vírgula cinco (30,5%), cinco por cento (5%) a mais do mínimo, é constitucional, lembrando que esse exercício tem que se cumprir um pouco mais em razão do não cumprimento dos limites em dezenove e vinte (19), então o limite é exercício de vinte e três (23), e o Município está com total de setecentos e quarenta e dois milhões novecentos e cinquenta e três mil duzentos e noventa e cinco reais e sete centavos (742.953.095,07) de receita de impostos e transferência de impostos realizada aplicou trinta vírgula quinze por cento (30,15%) em educação até agosto, bem acima do limite. Dando continuidade na outra página, em saúde também se tem vinte e um vírgula noventa e três por cento (21,93%) contrariamente da educação, a saúde, a referência é liquidada, a despesa liquidada, tem-se uma liquidação, um desempenho que chegou a vinte e um vírgula noventa e três por cento (21,93%), sendo que o limite mínimo é quinze por cento (15%), estamos seis vírgula noventa e três por cento (6,93%) acima do limite mínimo de aplicação, na saúde também temos que cumprir com um pedágio, vamos dizer assim de um valor não aplicado em 2021 salvo equívoco, que totaliza hoje em reais sete milhões e oitocentos mil reais (7.800.000), então o cumprimento em relação ao gasto com saúde anexo doze (12) está acima do limite mínimo constitucional. Passando para o outro slide, o resultado primário nominal apurado de um milhão duzentos e oitenta e oito mil cento e dezesseis reais e quatro centavos (1.288.116,04), e na LDO existe a referência à fixação do valor de treze milhões quatrocentos e sessenta e dois mil cento e setenta e dois reais (13.462.172), faltando ainda um pouco para chegar ainda aos treze milhões (13.000.000), mas em razão de algumas ações em relação à dívida, não se sabe se chegaremos nessa meta produzida pela LDO, é bem provável que a gente fique abaixo, mas é importante ressaltar que o Município no quadrimestre arrecadou de receita primária incluindo capital e corrente um bilhão cento e trinta e dois milhões cento e trinta e sete mil duzentos e cinquenta e cinco reais e setenta e sete centavos (1.132.137.255,07), e pagou um bilhão sessenta milhões quatrocentos e trinta e um mil seiscentos e sessenta e três reais e setenta e quatro centavos (1.600.431.663,74). Além do pagamento de exercício também são considerados aqui o pagamento dos RPS processados e RPS não

processados, sendo vinte e cinco milhões setecentos e oito mil trezentos e setenta e três e oitenta centavos (25.708.373,80) e um RP processado e quarenta e quatro milhões seiscentos e noventa e nove mil cento e dois reais e dezoito centavos (44.699.102,18), é o que reflete diretamente no resultado primário de um milhão duzentos e oitenta e oito mil cento e dezesseis reais e quatro centavos (1.288.116,04). Dando continuidade, o resultado abaixo da linha primária nominal como referência, nós temos até o quadrimestre um total de disponibilidade de caixa líquido de cento e oitenta e quatro milhões quinhentos e cinquenta e seis mil quinhentos e oitenta e dois reais e quarenta e nove centavos (184.556.582,49), o total da dívida líquida consolidada do Município é apurado no segundo quadrimestre, duzentos e quarenta e seis milhões novecentos e sessenta e seis mil novecentos e oitenta e nove reais e dezoito centavos (246.976.809,19), isso quer dizer que quatrocentos e trinta e um milhões quinhentos e vinte e três mil quinhentos e sessenta e um real e sessenta e oito centavos (431.523.561,68), que é a dívida bruta, o Município hoje se ele pudesse quitar a dívida, ele teria que arcar com uma despesa de duzentos e quarenta e seis milhões (246.000.000), deduzido já a disponibilidade de caixa que reduziu bastante a dívida, a dívida fundada o resultado nominal de trinta e seis milhões quinhentos e sessenta e nove mil vinte e três reais e quarenta e quatro centavos (36.569.023,44). A variação de RP é o que foi pago em relação ao que estava inscrito em 2022 e o que está o saldo agora em 2023 no quarto bimestre, primeiro quadrimestre, segundo quadrimestre a variação de vinte e cinco milhões novecentos e sessenta e nove mil duzentos e cinquenta e quatro reais e trinta e seis centavos (25.969.254,36), ou seja, houve um pagamento, uma baixa de RP nesse valor, o que implicou diretamente no resultado primário ajustado de sessenta e dois milhões cento e cinquenta e seis mil novecentos e vinte e quatro reais e oitenta centavos (62.156.924,80). Passou em seguida para a demonstração do quadro da dívida fundada no período até o segundo quadrimestre uma dívida bruta de quatrocentos e trinta e um milhões quinhentos e vinte e três mil quinhentos e setenta e um reais e sessenta e oito centavos (430.523.570,78), com a dedução do caixa a dívida líquida passa a duzentos e cinquenta e um milhões setecentos e vinte e oito mil reais novecentos e cinquenta e dois reais e um centavo (251.728.952,01), sendo que a dívida bruta representa vinte e seis vírgula zero quatro por cento (26,4%) da RCL, o Município pode chegar a cento (120%) e vinte por cento (20%) da RCL, e nós estamos a vinte e seis por cento (26%). E a dívida líquida estamos a quinze vírgula dezanove (15,19), em relação ao exercício de dois mil e vinte dois (2022) tivemos uma queda de três por cento (3%), na dívida consolidada líquida o mesmo percentual se aplica na bruta. Encerra a apresentação dos slides e da matéria, dizendo que aqueles eram os números do segundo quadrimestre de dois mil e vinte e três (2023). Agradeceu mais uma vez a atenção e se colocou à disposição para esclarecer qualquer dúvida. Agora fazendo o uso da palavra o Vereador **Gil Magno** agradece o Controlador Geral do Município e grande amigo **Juarez dos Reis Borges**, passando em

seguida para se pronunciar, antes de abrir para as perguntas ao secretário **Paulo Roberto Patuléa** para considerações em relação ao quadrimestre que foi apresentado. O **Patuléa** inicia sua fala dizendo: Presidente na minha avaliação após o relatório do nosso contador geral **Juarez**, eu acho que a situação do Município está saudável financeiramente e foi melhor do que o semestre, do que o primeiro quadrimestre. Então o nosso foco é sempre melhorar a arrecadação, melhorar a qualidade do serviço, mas esse quadrimestre ele pontuou muito bem, houve aí no meio do caminho uma situação do interrompimento do nosso IPM, que nós conquistamos lá atrás, desde dezenove (19) não puseram o dedo, não fiscalizaram, nós voltamos, vimos e o que tava o equívoco ali corrigimos e salvamos, a vinda do Rubens Bomtempo foi à salvação da situação financeira dessa cidade, isso não tenho dúvida nenhuma porque o hoje nós estaríamos num desastre, numa falência Municipal financeira desse Município. Porque hoje nós estaríamos em uma falência Municipal financeira desse Município, então nós resgatamos a saúde financeira e aqui está comprovado, mas existe uma situação diferenciada, que eu gostaria já que o Presidente também levantou essa bola de que essa perseguição de Teresópolis, eu queria deixar muito claro para os Vereadores, para a população, para a Plenária, que está muito claro no artigo sessenta (70) da Lei Complementar Federal sessenta e três (63) de noventa (90), ela é muito clara. Ela vem beneficiar os municípios lá no artigo sexto (6º) está escrito que os municípios tem a competência de monitorar os seus contribuintes de CMS aonde gera riqueza na mercadoria, eles têm que fiscalizar os municípios. Eu aqui faço isso, vocês viram aí, a Câmara assistiu campanha do DECLAN, faixa na cidade toda, reunião com os contadores, reunião com os empresários, levando para eles a importância do exercício de cidadania da apresentação só DECLAN de maneira correta, então nós fazemos. Teresópolis tudo faz crer que é uma composição política para prejudicar nossa Cidade, essa que é a grande verdade. Como nasceu isso? Nasceu Duque de Caxias, está lá à petição deles. Caxias, Niterói. Teresópolis tinha que fazer o deverzinho de casa de fiscalizar. Saiu o Secretário de Fazenda e o Prefeito, como o Prefeito fez aqui junto comigo visitar os contribuintes. Não fizeram isso, foram em cima do Município, um grande equívoco, o Município não é o contribuinte do ICMS, o contribuinte do ICMS está escrito lá no artigo sexto (6º), é aqueles que estão no território do Município gerando riqueza, mercadoria. Quem tem que acompanhar é o Secretário de Fazenda e o Prefeito de cada cidade, e eu quero deixar isso aí, o Prefeito aqui acompanhou, e ele só retornou a quatro ponto meia quatro cinco (4.645), porque o Prefeito foi lá na Secretaria de Fazenda, lá na Avenida Presidente Vargas seiscentos e setenta (670), que o passado não fez isso, nem visitou a Secretaria de Fazenda do Estado, talvez não soubesse nem onde fica. Logo em seguida do seu pronunciamento, fez o uso da palavra o Vereador **Gil Magno** agradecendo o secretário **Paulo Roberto Patuléa**, dizendo ter ficado muito feliz em escutar em relação ao orçamento do nosso Município, saber que realmente tivemos uma melhoria do último quadrimestre,



7

da última apresentação para essa, e fico muito feliz. Completou também dizendo que lamentavelmente nem todo Município tem a honra, tem um prazer de ter um Secretário, uma equipe competente, que um Prefeito que seja realmente em busca de um orçamento projete. E o Prefeito Rubens Bomtempo e essa equipe eu vejo dedicação, vejo trabalho, vejo competência o tempo todo. Finalizou abrindo a palavra para os nobres Vereadores. Iniciou o Vereador **Doutor Mauro Peralta** cumprimentando a todos, parabenizando novamente seu amigo Doutor **Patuléa** e a toda sua equipe e disse que gostaria de fazer uma pergunta: "Qual é o déficit mensal coberto pela secretaria do IMPAS?" O presidente Vereador **Gil Magno** faz um comentário: "IMPAS como sempre para essas perguntas nosso caro controlador geral **Juarez** já abrindo a planilha, buscando dados para fornecer para o Nobre Vereador **Doutor Mauro Peralta**". **Juarez** pediu em seguida de cinco a dez minutos para acessar os dados no sistema e responder a pergunta feita. O Vereador **Doutor Mauro Peralta** se manifestou então, dizendo que passaria para a segunda pergunta: "Já que graças ao senhor e aos contribuintes, que contribuíram, nós tivemos um superávit de cento e quarenta milhões né? Ou cento e trinta e quatro milhões de reais né? Então Vereador **Domingos Protetor** não tem problema nenhum de pagar nossas emendas impositivas, visto que, nós temos superávit de dinheiro, está sendo televisionada, a gente tem como cobrar do Prefeito às emendas impositivas, que nós já vamos fazer outras de outros orçamentos". Deu os parabéns também ao **Juarez** porque disse que eles estão gastando só quarenta e três por cento (43%) com o pessoal, se voltou novamente ao Vereador **Domingos** comentando que: "a margem de segurança máxima é cinquenta e quatro por cento (54%), então se Sindicatos podem reclamar melhoriuzinha de salário, a gente pode verificar aqui na Câmara de Vereadores senhor controlador geral essa montanha de RPA que nós temos aqui, a gente propugna por concurso público. Eu perguntei quanto era o déficit do IMPAS porque o IMPAS utiliza um sistema de repartição né? O que é um sistema de repartição, você tem que ter no mínimo quatro na ativa para pagar um na reserva, na aposentadoria. Se a gente terceirizou lixo, terceirizou Upa, terceirizou SEHAC, terceirizou com uma companhia capital ambiental, que a gente tem que dar uma estudada nela da onde é que está vindo isso também, porque se fosse uma companhia de Petrópolis o dinheiro ficava aqui, mas não é, está só na Secretaria de Educação mais de quatro bilhões por mês e outras terceirizações que a gente tem. O que vai acontecer, em pouco tempo nós vamos ter uma explosão do IMPAS, não vai acontecer nesse governo, mas o Vereador **Domingos Protetor** e o Vereador **Gil Magno** terão que fazer isso como prevenção para o futuro porque senão, o IMPAS vai explodir. Isso é só uma divagação para gastar o tempo. Outra coisa: A gente recebe muita reclamação aqui na Câmara de não pagamento de fornecedores, se a gente tem o dinheiro teria que pagar os fornecedores, a outra reclamação **Juarez**: Houve uma diminuição da dívida, e aquelas pessoas que têm pequenas contas, que trabalhavam no governo passado em cargos de confiança não

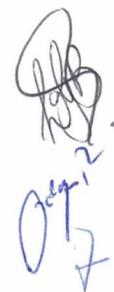
conseguem receber os seus direitos trabalhistas, eu não sei se não fizeram a reclamação em tempo hábil, se houve prescrição dos mesmos, porque a dívida trabalhista prescreve se você não pagá-la. Existe alguma provisão no orçamento de pagamento dessas dívidas ou não?" Agora fazendo o uso da palavra o controlador geral **Juarez** que respondeu: "Vereador questão de cronologia de pagamento e também de fluxo de caixa, ela é realizada pela tesouraria e pelo Secretário de Fazenda, ele poderia responder melhor para o senhor". Portanto, logo em seguida fez o uso da palavra o **Patuléa**, que se direcionou ao Vereador dizendo: "Senhor Vereador respondendo aí o caso dos fornecedores, pois a Secretaria antes não tinha isso, nós temos um fluxo de caixa, e que nós trabalhamos com data, com previsão de arrecadação para ter um planejamento financeiro e tributário, a arrecadação tem que ser maior do que a despesa. Isso aí eu sou contador a cinquenta e seis anos (56), então a gente tem que saber administrar isso aí, e que ocorreu com essa grita dos fornecedores, que eles têm que entender, e alguns tiveram essa compreensão, é que no mês de agosto estava rigorosamente em dia com esse movimento político, que não tenho dúvida nenhuma que foi um movimento político, nós no mês de agosto causou um desequilíbrio, tentaram criar um caos na Cidade, mas nós estamos equilibrados, sabemos o que estamos fazendo, temos responsabilidade na gestão. Esses vinte e cinco milhões quinhentos e noventa e cinco mil cento e noventa e um (25.595.191), nós tivemos que administrar para setembro, porque nós sabíamos que nosso direito era bom, nós sabíamos que tinha que haver justiça, nós sabíamos onde estávamos pisando, nós não ficamos em cima de eliminar, é o rito do Poder Judiciário, eliminar para julgar o mérito lá na frente. Isso é normal na vida, na vida tributária é assim, se faz a defesa do Imposto de Renda e aguarda uma decisão do auditor, depois pode até recorrer, depois da decisão dele, pedindo revisão, é normal, então alguns espíritos que não entendem essa filosofia, achando que fomos irresponsáveis para trabalhar em cima de minar, irresponsável foi o passado, que de dezenove (19) a vinte e um (21) se omitiram, não viram o que estavam perdendo no Município, o Município hoje se fizer é mais de setecentos milhões (70.000.000) de prejuízo causado de dezenove (19) a vinte e um (21) sem a correção monetária, se pegar a tabelinha do cálculo do Banco Central passa de um bilhão (1.000.000.000,00). Então é isso que houve no mês de agosto, um desequilíbrio, como temos responsabilidade, voltou o nosso índice normal para quatro meia quatro cinco (4645), e nós estamos organizando todos esses pagamentos que ficaram reprimidos, vão todos receber na forma daquele planejamento do fluxo de caixa, e as dívidas também está no nosso olhar, aquilo que nós temos dívidas, estamos olhando também para fazer um planejamento para ter recurso e pagando também à dívida ou parcelando alguma coisa que tiver em dívida para começar a dialogar com o credor, essa é a nossa filosofia de trabalho". Retomando o uso da palavra o Vereador **Doutor Mauro Peralta** que diz: "O senhor está me dando uma injeção de otimismo, a mim não, a população da cidade inteira, porque eu ia perguntar até se não ia

supervisionar em caso de derrota da principal nessa causa que a gente ganhou lá no Supremo, que ainda vai para o pleno né? Mas pelo o que o senhor está me dizendo, nós temos noventa e nove por cento (99%) de chance de se manter o ICMS? Respondendo a pergunta, o senhor **Patuléa** faz o uso da palavra: "Eu pessoalmente na minha avaliação, não tenho dúvida nenhuma, que o nosso direito é bom, a riqueza que nós lá recuperamos foi nascida em Petrópolis, os contribuintes são daqui, então nós temos que ter realmente esse direito de se fazer justiça, o ICMS é nosso, então nós temos que brigar por isso, nós vamos até as últimas consequências, nós vamos até a decisão final do STF, eu não tenho dúvida nenhuma disso, então nós estamos trabalhando essa previsão, mas não estamos também contando só com ICMS, nós também estamos fazendo políticas públicas e fiscais para dar segurança ao contribuinte, de que nós também queremos buscar aquilo que está na informalidade, que tem espaço no IPTU, no ISS, no ITBI, e nós estamos aumentando essa arrecadação, nós estamos com um olhar vinculado a isso até numa decisão do próprio STF que já saiu uma decisão em agosto, e nós já estamos preparando um arcabouço fiscal para cobrar aquilo que o STF decidiu de lançamento isolado do IPTU. O que ele quer dizer com isso, aquilo que está em formalidade, o município não precisa buscar os cálculos da planta genérica, o município pode arbitrar o valor através de metro quadrado àquilo que nós fizemos aqui, e a Câmara sabiamente aprovou a nossa Lei oito quatro sete (847) de vinte e seis (26) de dezembro, que nós estamos se calcando exatamente em cima dessa Lei, que nós alteramos dois(2) artigos do Código Tributário do Município, o cento e sessenta e oito (178), então nós estamos trabalhando em cima disso, a qualquer momento nós estamos colocando essa situação fiscal para exatamente fazer esse tipo de cobrança daqueles que tem a maior capacidade contributiva, o nosso desejo é aumentar a arrecadação fazendo justiça fiscal, contribuir aquele quem ganha mais vai pagar mais, quem ganha menos vai pagar menos. Essa é a nossa filosofia no campo tributário." Se pronunciando agora o Vereador **Doutor Mauro Peralta**: "Antes de o **Juarez** responder ao questionamento, o senhor nos informou muito sabiamente na vez passada que iria utilizar os lançamentos da ENEL e da Águas do Imperador para buscar a aumentar a base tributária de muita gente que não paga, isso já está sendo feito na Secretaria?" Respondendo a pergunta o Secretário **Patuléa**: "Esse Vereador realmente armazena o que nós colocamos no passado e traz presente, então todo esse arcabouço Vereador, o senhor está realmente certo, aquilo que eu falei no primeiro quadrimestre, nós estamos agora realizando, o Prefeito já aprovou, talvez na primeira semana de outubro estejamos colocando esse Decreto publicado e inovando realmente a cobrança, exatamente com o cruzamento que também o passado perdeu e não fez. Nós deixamos lá um convênio com a Receita Federal do ITR e perderam isso em setembro de dois mil e vinte (2020), nós já recuperamos isso, é um trabalhoso conseguir esses convênios, temos hoje convênio com a Receita Federal, temos convênio com os cartórios, temos convênio com a ENEL, temos



convênio com a Águas do Imperador georreferenciado com CNPJ e CPF. Nós estamos pegando todo esse arcabouço colocando em um Decreto para poder exatamente realizar em Outubro essa cobrança do IPTU. Fazendo agora o uso da palavra o Vereador Doutor **Mauro Peralta**: "Os vinte e três milhões (23.000.000,00) que nós deixamos de receber, vamos ficar sem receber, vai entrar para a Justiça é claro, mas isso vai ter uma repercussão no orçamento do ano passado, porque eles constavam, e pode ser que não sejam realizados." Dando sequência para responder **Patulêa**: "É pertinente a colocação, eu às vezes fico olhando as pessoas apontando o dedo, criticando que nós estamos sendo irresponsáveis e trabalhando em cima de liminar, mas esquece as vezes de fazer só a crítica e apontar o dedo sem ler o conteúdo da decisão, o conteúdo da decisão do STF do Cristiano Zarin foi de uma inteligência e de uma justiça fiscal inabalável, está lá escrito, ele traz um tema que foi dado pelo colega dele Ricardo Lewandowski, que já deu lá atrás, que os entes, no meio do caminho, está escrito com todas as linhas lá na decisão dele nas folhas dois (2), se faz a crítica, mas só quer ver o negativo, vamos colocar o positivo também, vamos falar o que é bom gente, isso que precisa, a Cidade, a Câmara precisa ter isso, precisamos estar unidos, quer apontar o dedo que aponte, mas vamos falar a verdade também do conteúdo, está lá escrito no conteúdo, as folhas dois (2), de que os entes não pode no meio do caminho, foi o que houve, interrompeu um orçamento que já foi contratado o fornecedor, já teve empenho, já está liquidado e agora desequilíbrio em vinte e cinco milhões (25.000.000,00), como é que faz isso?! Então está lá escrito na decisão dele, que não pôde, como nós somos tão responsáveis nós fizemos os dois pedidos, está lá na CEFAZ, estamos aguardando, estão lá os dois pedidos, nós fizemos para a CEFAZ, fizemos para o FPM, dizendo que a decisão do dia seis do nove, o Estado teria que pagar e pagou e de seis do nove para trás teríamos que ter uma compensação, que é esse valor que o senhor tá colocando, que nós colocamos lá no ofício, eu coloquei uma planilha e assinei embaixo, é esse valor que tem que voltar, esse valor é administrativo, então tanto nós fizemos para o CEFAZ do Estado, pedindo o efeito retroativo, porque houve um desequilíbrio orçamentário e financeiro que nós temos que compensar no nosso orçamento porque já foi aprovado aqui na Câmara e não poderia interromper porque já tinha uma decisão do STF, e aí nós também pedimos, tá lá no STN, na Secretaria do Tesouro, protocolamos também diferença de FPM e IPI que nós temos direito, o FPM tem o imposto de renda, tem o IPI, então esse desequilíbrio que causou porque tem baseado no nosso também tem que ter uma compensação já foi pedido, nós na gestão Rubens Bomtempo temos responsabilidade e trabalhamos em silêncio em prol dessa cidade, em prol desse povo petropolitano." Novamente com a palavra Doutor **Mauro Peralta**: "Antes do **Juarez** falar a resposta, o senhor tem uma luta antiga também dos cartões de crédito do dinheiro ficar na Cidade, o senhor tem alguma resposta para gente? Cartão de crédito e débito. Para responder o **Patulêa** faz uso da palavra: "Sabe que o cartão de crédito e débito é uma musculação financeira,

cujo paraíso fiscal está lá em Barueri, nós temos brigado muito, cinquenta e seis anos de profissão eu sei que tem um poder econômico, é o poder financeiro, é o que manda hoje no país, então eles fizeram um recurso, está no STF também com o nosso brilhante Ministro é o Alexandre de Moraes para dar uma decisão, nós estamos aguardando, eu acho que vai ser favorável não só para Petrópolis, para os cinco mil quinhentos e setenta municípios deste Brasil que precisa dessa arrecadação, ela não pode ficar só no Estado de São Paulo em Baurueri, ela tem que ser partilhada para os demais municípios, isso se chama justiça fiscal." Agradeceu ao secretário **Paulo Roberto Patuléa** o Vereador **Gil Magno** pelas palavras, disse a ele que ficou muito feliz em escutar da possibilidade de recuperação de um dinheiro que é nosso, é do nosso município, então não vê nada de anormal, diz ter que voltar. Se reportando ao Vereador **Doutor Mauro Peralta** dizendo: "Vossa Excelência fez uma solicitação e aqui aproveitando tem o nosso controlador, nosso **Thiago Mesquita Gibrail** e toda a equipe da Fazenda, mais nosso procurador, que realmente as emendas impositivas dessa casa essa um tema e levado para o nosso Prefeito, o nosso Secretário Marcos Santiago e conversar com todos os Vereadores para a execução das mesmas, e eu tenho certeza absoluta que o Prefeito fará dessa maneira". Logo em seguida, perguntou se alguém tinha mais algum esclarecimento ou informação que pudesse ser feito. Manifestou-se assim o **Alexandre Vicente Rego Silva**, dizendo: "Para complementar a informação do Secretário **Patuléa**, estamos às vésperas da reforma tributária, e a reforma tributária vai criar o IBS, imposto sobre bens e serviços, e o ISS vai mudar um pouco o perfil da incidência, vai se operar no destino, e aí independentemente da decisão do STF do Ministro Alexandre de Moraes a tendência é que essa tributação seja deslocada para o Município em razão da reforma tributária". Para comentar o Vereador **Mauro Peralta** fez uso da palavra: "Perfeito, só espero que os lobis não consigam tirar um monte de coisas da reforma tributária como está sendo feito né?" Respondendo o **Alexandre Rego Silva**: "Precisamos dos Vereadores e do movimento municipalistas para proteger nossos recursos". Dando sequência o Vereador **Gil Magno** perguntou ao **Juarez** se ele já tinha a resposta em relação à pergunta do nobre Vereador **Doutor Mauro Peralta**, e para responder o **Juarez**: "Tenho sim, até trinta (30) de agosto nós repassamos ao IMPAS trinta e oito milhões trezentos e oitenta e um mil trezentos e sessenta e dois reais e sessenta e nove centavos (38.381.382,69). Esse é um aporte que é feito para cobertura de déficit, ele tem diminuído ao passar dos meses em razão da implantação da aprovação aqui por esta Casa da contribuição extraordinária." O Vereador **Gil Magno** passou a palavra para o Vereador **Doutor Mauro Peralta**: "Essa Câmara aprovou uma Lei que veio do próprio IMPAS, de aumento da alíquota, foi uma medida não popular, foi aprovada aqui por unanimidade, mas infelizmente se não for mudado o Município o Doutor Patuleia terá que fazer outro milagre para conseguir aumentar, porque o IMPAS não vai resistir muito tempo para o futuro, a gente tem que deixar uma



coisa mais saudável, a gente tem que tentar mudar". Logo em seguida, agradeceu o Vereador **Doutor Mauro Peralta** e perguntou ao Vereador **Domingos Protetor** se gostaria de se pronunciar, e assim disse: "O Vereador **Doutor Mauro Peralta** esgotou todas as perguntas que a gente ia fazer né? E principalmente esse do IMPAS Secretário que muito preocupa a gente, eu e Peralta fizemos um levantamento, um estudo da terceirização e dos RPAS e nós estamos vendo que o Município gasta milhões com terceirizações e RPAS, esses que poderiam ser de concurso público, para a gente poder realmente estar fazendo com que o nosso IMPAS aí ganhe musculatura, então estamos vendo esses milhões, né Doutor? Milhões e milhões que todos os meses pagamos de RPA que não tem retorno nenhum, RPA aí que não tem direito a nada. De contrato terceirizado a gente tem aí, levantamos do Capital ambiental é de quarenta e três milhões (43.000.000,00) que parece que foi fechada agora, e enfim a gente precisa ter uma resposta Secretário do concurso público, nós estamos vendo que está tendo uma iniciativa, que o governo já fez alguns concursos, mas a gente precisa de mais aceleração, mais musculatura nisso, para que possamos estar realmente trazendo concursados para o Município e fazendo com que a gente tenha uma previdência saudável. Doutor **Peralta** teve até sugestão na época de tirar do IMPAS, voltar para o INSS, porque senão daqui a pouco, sei lá o que vai acontecer no futuro, e esperamos que possamos num futuro próximo estarmos resolvendo essa questão da terceirização dos RPAS para que a gente possa ter aí o nosso IMPAS saudável e ter realmente um funcionalismo público verdadeiro, não transitório". Finalizou assim agradecendo ao Presidente **Gil Magno**, que em seguida passou a palavra para o **Doutor Miguel Barreto** que disse: "Muito bem lembrado Vereador **Domingos**, é muito importante fazer concurso público no nosso Município, há mais de dez anos a gente não tinha um concurso público de relevante, e me recordo da primeira reunião de secretariado e a primeira deliberação do Prefeito foi essa, precisamos fazer concurso público, infelizmente com a calamidade esses projetos foram retardados de fato, mas que não impediram o município de fazer um concurso para educação que já chamou mais de novecentas (900) pessoas, mais de novecentos (900) concursados com a expectativa de continuar chamando, provavelmente em breve teremos mais no concurso da educação, já foi feito um grande concurso para a COMDEP também que precisava, era muito importante para a COMDEP renovar os seus quadros, renovar os seus quadros também foi feito e já estudo também um grande concurso para saúde e para administração pública direta, claro que esse movimento depende de questões orçamentárias administrativas está em andamento, está em estudo, mas é importante esclarecer que essa é uma prioridade do governo e tenho certeza que até o ano que vem a gente vai ter um novo concurso público para que se faça essa convocação e isso ajuda de fato equilibrar as contas do IMPAS porque aumenta o acréscimo de arrecadação, porque deixa de se colher para o regime geral, e passa a se colher pelo regime do IMPAS, então essa é uma prioridade do governo, é uma



prioridade do Prefeito, da Secretaria de Fazenda, da Educação, de Saúde de todo o governo empenhado de fato, que a gente tenha cada vez mais concursados, que isso gere uma impessoalidade, isso gera qualificação técnica, isso gera memória institucional para nossa instituição, isso é muito importante. Petrópolis é uma cidade tradicionalmente que tem um percentual de cargos comissionados muito pequeno, menos de dez por cento (10%) Presidente dos nossos cargos são comissionados, então já existe uma tradição de concursos públicos na nossa Cidade que não pode se perder então de fato essa é uma colocação importante, que é uma prioridade para o governo, que já demonstrou que já chamou mais de novecentas (900) pessoas no concurso da educação e vai continuar fazendo concursos e chamando concursados porque é de fato é muito importante para todos nós". Agradeceu pelo pronunciamento do **Doutor Miguel Barreto**, passando a palavra para o **Thiago Mesquita Gibrail**, que respondeu: "Era exatamente isso Presidente que o Procurador falou e eu queria só complementar, que essa explosão de RPA não vem desse governo, explosão de RPA vem dos governos anteriores e o Prefeito Rubens Bomtempo foi o único Prefeito até então que hoje fez concurso público, reajustou todos os anos os servidores públicos, fizemos reenquadramento dos professores, ou seja, o governo Rubens Bomtempo é um governo responsável, é um governo que está tendo sim aos concursos públicos, a promoção de outros concursos públicos, mas hoje a gente deve também muito a esse RPA, aos funcionários de RPA que na verdade vem contribuindo muito com o nosso município, eu tenho certeza que essas pessoas vão estudar e vão poder estar ingressando no serviço público, e tendo a estabilidade que todo mundo merece." Com o uso da palavra o Presidente Vereador **Gil Magno** agradeceu ao **Thiago Mesquita Gibrail**, nobre controlador e comentou que ficou muito feliz e disse que foram homenageados por um grupo que receberam uma equiparação salarial, foi possível graças ao trabalho da Secretaria de Fazenda que proporcionou a equiparação e o Prefeito Rubens Bomtempo na valorização do servidor, fez a equiparação do técnico administrativo, o técnico de desenho e cadastro, equiparando ao técnico contábil. Além disso, teve os motoristas que de uma forma injusta vinham recebendo fora de um determinado piso teve essa equiparação, professores agora mesmo essa semana nós votamos aqui um reajuste na categoria, e nosso governo Rubens Bomtempo paga salário de professor no piso estadual, cujo próprio estado não cumpre, essa é uma constatação, e só para mostrar a valorização e a preocupação que o governo tem em relação aos servidores e vem fazendo muito mais e está discutindo com outras categorias, disse que tem certeza absoluta que várias outras categorias como técnicos em enfermagem em breve haverá boas notícias. Passou assim para o Vereador **Domingos Protetor** se pronunciar: "É apenas para responder o meu amigo **Thiago Mesquita Gibrail** que quem vive de passado é museu, a gente tem que olhar para a frente, quando a gente cobra aqui, o concurso público e tudo, a gente vê que o governo está empenhado em fazer o concurso público, então para mim Vereador não interessa olhar o

passado, interessa olhar o passado para não cometer os erros que foram cometidos no passado, concorda Presidente? Então o passado serve para isso, para você visualizar lá a história e você não cometer aqueles erros que foram cometidos no passado, serve para isso, não para justificativa, então quando a gente cobra aqui eu e Doutor **Peralta** o concurso público, a diminuição do RPA, que o RPA é um trabalho sacrificado, RPA trabalha, recebe às vezes por contingência igual aconteceu agora atrasado, quando é dispensado sai sem direito a nada, tudo bem que é um acordo, o cara aceitou a trabalhar ali, ele tem que aceitar aquelas condições, ele se propôs a aceitar isso, não tem mais o porquê, é a necessidade, a pessoa está lá, não tem um emprego, aparece uma oportunidade, ela vai fazer o que? Mas não é justo, então quando a gente fala aqui, repito concurso público, vejo que o Prefeito já ter se mobilizado, está olhando para frente, está olhando para o futuro, vejo que a gente tem outras áreas daqui da cidade que precisam de concurso, por exemplo a guarda municipal, há quanto tempo que a gente não tem um concurso para a guarda? A guarda tem uma vacância enorme, um déficit enorme de efetivo né? Então eu só quero dizer isso **Gibrail** que a gente tem que olhar para frente e fazer as coisas daqui para frente, o passado serve para gente se espelhar e não cometer o mesmo erro, e acho que é isso que a gente tem que estar fazendo dentro da nossa cidade, eu vejo o Prefeito, ele tem uma boa vontade de estar revertendo isso e está fazendo os concursos, enfim de forma a gente a ter a nossa cidade bem melhor e mais justa para toda a população, muito obrigado Presidente". O Vereador **Gil Magno** agradeceu ao Vereador **Domingos Protetor**, questionou se existia ter mais alguma pergunta mais algum esclarecimento ou alguma informação a fornecer, não houve, passou então para a assistência, disse estar vendo representantes de alguns gabinetes presente, e perguntou se algum deles gostaria de usar a palavra, der alguma informação ou pedido de informação. Manifestou a vontade o **assistente Fábio Júnior**, que fez o uso da palavra, iniciou cumprimentando a todos e ao Presidente pela condução desta audiência, os Vereadores **Doutor Mauro Peralta** e **Domingos Protetor**, a equipe de governo e reconheceu o trabalho da Secretaria de Fazenda, parabenizou também pela apresentação. Disse estar naquele momento representando o Vereador **Hingo Hammes** naquela audiência e que gostaria apenas de fazer uma consideração, que durante a brilhante apresentação do contador geral, mencionou que estaria sendo feito nesse exercício uma compensação de cerca de sete milhões de reais (7.000.000,00) por não cumprimento do mínimo constitucional da saúde no exercício de 2021, ocorre que em 2021 o governo do Prefeito interino **Hingo Hammes** aplicou mais de trinta por cento (30%), apesar de contabilmente por questões técnicas e de reconhecimento Tribunal de Contas, foram considerados cerca de quinze vírgula sete por cento próximo disso, essa compensação salvo melhor juízo seria referente ao exercício de 2020, que não foi por uma questão também contábil apesar de ter sido aplicado mais de trinta por cento naquela oportunidade, por uma questão contábil não foi possível



atingir o mínimo constitucional de quinze por cento (15%) na saúde, que chegou próximo de quatorze (14) e pouco salvo engano, era apenas essa consideração que disse ter achado importante trazer para contribuir com o debate e finalizou agradecendo ao Presidente. Houve em seguida o pedido de pela ordem do Vereador **Domingos Protetor** dizendo ter recebido uma mensagem da Vereadora **Júlia Casamasso** se desculpendo por não poder ter participado da audiência, pois estava em uma diligência que foi lhe pedida por uma fiscalização, e agradeceu. Logo em seguida, o Vereador **Gil Magno** passou a palavra para o nobre controlador geral **Juarez**. Com a palavra o nobre controlador geral **Juarez**, que disse: "Eu fiz referência a dois exercícios 20 ou 21, eu não dei certeza, foi isso, mas tem aqui vou localizar na prestação de contas de 2022 uma referência ao valor feita pelo TCE. É 20, o exercício de 2020, sete milhões seiscentos e oitenta e seis mil trezentos e noventa e um reais e trinta e cinco centavos (7.686.391,35)." Pediu pela ordem o controlador **Thiago Gibrail** que iniciou dizendo: "Interessante essa questão do limite prudencial da LRF, e por conta de uma benesse do congresso nacional os governos anteriores puderam se abster de poder estar contribuindo e realizando o percentual mínimo tanto na educação quanto na saúde, e eu fico muito feliz que nesse governo agora, especialmente mais uma vez o governo Rubens Bomtempo vai ter que de alguma forma repor esse percentual que não foi alcançado pelos governos anteriores, razão pela qual hoje nós estamos com limite na saúde já de quinze por cento (15%) com vinte e um ponto quatro (21.4) até hoje e educação com trinta por cento ponto quinze (30.15%) dos vinte e cinco (25) que nós temos por limite." Agradeceu, e logo em seguida o Vereador **Domingos Protetor** pediu pela ordem dizendo que tinha uma pergunta que tinham o enviado sobre questão do repasse Federal que saiu na mídia, que nós não estaríamos recebendo um repasse Federal, questionou ao secretário se era positivo ou não. Para responder o secretário fez o uso da palavra: "Como eu coloquei anteriormente, nós tivemos a responsabilidade quando restabeleceu o nosso índice de origem, nós fizemos imediatamente dois pedidos para se restabelecer e cumprir o decreto a partir de seis do nove e fizemos outro pedido de compensação do quarenta dias do desequilíbrio financeiro e orçamentário baseado na decisão do Cristiano Zanir do STF, só que isso está agora na Secretaria de Fazenda, eu estou acompanhando, estou de lupa acompanhando isso aí está na Secretaria de Fazenda foi encaminhado hoje o gabinete para a procuradoria jurídica da fazenda para opinar sobre o assunto, porque o foco que eles estavam tendo em cima do Decreto porque o decreto estava seis, então eu falei é só decreto, o decreto é a data da decisão, mas precisa ver a compensação que está nas folhas dois dizendo que o Município não pode ser prejudicado no meio do caminho com a sua previsão orçamentária e financeira, e aí nós fizemos outro pedido o STN já também está no STN para decidir, estamos aguardando decisão administrativa, nós temos que primeiro entrar com a administração administrativa aguardar a decisão, se tiver uma decisão contrária não tenha dúvida que o nosso remédio já ta na




minha cabeça é jurídica, justiça está aí para isso, vai decidir se tem ou não o direito, os dois pedidos nós fizemos, tivemos responsabilidade na gestão de fazer porque o Município foi prejudicado em quarenta (40) dias, foi prejudicado no seu repasse de CMS e também teve reflexo no FPM.” Agradeceu ao secretário o Vereador **Gil Magno**, dizendo que está caminhando para o encerramento da audiência, perguntou se tinha alguma consideração final, e o secretário **Paulo Roberto Patuléa** quis colocar em sua consideração final as palavras: “Ao chegar a casa atrasado, pedi até desculpa o Presidente, ele colocou ali uma nota de um jornal de hoje, aí está lá na Lei oito mil cento e trinta e sete (8.137), eu não me posso omitir aquilo que me comunicaram então eu quero fazer um comunicado aqui e pedir licença ao meu Vereador, meu amigo o Galante, de que certas coisas na política nós precisamos restabelecer a verdade porque nós temos um legado, eu tenho uma história nessa cidade cinquenta e seis anos de profissão, então eu peço respeito, não tenha dúvida nenhuma os meus setenta e nove anos, eu não posso concordar com mentiras na mídia, então fake news, porque estavam lá no jornal que eu não quero mencionar dando destaque de primeira página, ele vem ali restabelecendo uma verdade e uma responsabilidade de gestão, realmente é normal mas obriga, isso é a minha área, se faz qualquer tributo tem que fazer as obrigações acessórias, das obrigações acessórias eu tenho um departamento para conferir que eu não vou pagar nada sem conferir se está correto ou não, senão entro com uma retificadora e a web foi feito, o DCTF WEB foi feito do PASEP, e aí encontramos consistência dias um apenas foi para regularizarmos, é um direito nosso regularizarmos, comuniquei a Receita, comprovei o pagamento é o que a mídia diz, eu comprovei o pagamento, isso aí é técnico, isso é coisa técnica, eu fiz o dever de casa e me repuseram o valor na terça-feira, puseram o valor do que eu não recebi na semana passada, recebi agora não houve nenhum prejuízo para o erário público, mas só que aí nós temos que senão fica uma inverdade que nós somos irresponsáveis, aí alguma coisa eu tenho que olhar vim e voltar no passado, isso não tenha dúvida nenhuma porque estão fazendo uma comparação, nós não se omitimos em nada, eu não sou perfeito posso errar e reconheço o meu erro, mas é para só restabelecer a verdade que de 2017 até 2020 houve vários bloqueios no FPM. Será que fizeram o que nós fizemos para fazer uma reflexão, buscaram lá ou esqueceram, perderam o dinheiro, não sei se precisa fazer uma reflexão nisso, e aí em 2021 eu não estava lá, eles que estavam lá, 16/08/2021 bloqueado também, 11/10/2021 bloqueado também, quem estava lá fica a reflexão, quem é hoje os irresponsáveis, não somos nós, eu fiz o meu dever de casa, tecnicamente estou pronto para discutir, então foi feito e nós recuperamos, não causamos prejuízo o erário público, o dinheiro já. Entrou no nosso caixa, isso que eu queria restabelecer para o Presidente porque ele me fez uma indagação eu não poderia me omitir senão eu iria embora frustrado, me desculpa, mas eu quero restabelecer a verdade aqui.” E para completar entrou falando o Vereador **Domingos Protetor**: “Estamos aqui justamente para isso NE, para

que seja respondidos as perguntas e os questionamentos com a verdade, não com a fase nets, que às vezes a própria imprensa coloca, por isso que nós estamos aqui dentro de uma sala, dentro de um Plenário com Vereadores que são os fiscais da gestão Municipal e a gente está vendo que Vossa Excelência está respondendo perfeitamente dentro da veracidade, então é só isso.” Agradeceu o Vereador **Domingos**, e para se manifestar o Vereador **Gil Magno**: “Lembrando também **Paulo Roberto**, dia onze de setembro, quando aconteceu esta notícia, um renomado jornalista e grande amigo ligou querendo saber como líder do governo o que eu tinha para falar sobre esse assunto, e a minha resposta foi bem breve curta, não sei, isso com certeza é uma falha de alguém, mas não da administração do governo atual, então é uma coisa provocada mal interpretada só para criar mais um fake news, mais um jogo, uma tentativa de jogar contra o nosso governo de alguma forma a opinião pública, e foi muito bons vossos esclarecimentos e mais uma vez agradeço a presença de todos vocês nesta audiência, acredito que nenhum de vocês tem mais alguma consideração a fazer.” Doutor **Mauro Peralta** pediu para fazer as considerações finais, que disse: “Só vou homenagear o Doutor Patuléa, o Juarez e Alex e toda a sua equipe pela apresentação e hoje estou muito feliz ainda porque a partir de terça-feira todas as sessões eu vou cobrar as emendas impositivas, visto que, tivemos um superávit de cento e quarenta milhões graças à equipe, ao trabalho do Doutor **Patuléa** e ainda vou ficar mais satisfeito que ano que vem com a mudança, espero que exista realmente que os lobis sejam menores e do aumento de arrecadação do novo imposto da cidade e ele fica cobrando de todo mundo, de toda empresa para entregar o DECLAN que os outros também façam isso para que quem tenha que pagar pague e a partir de outubro eu tenho certeza que com o aumento da base tributária cobrando de quem não paga com trabalho também da equipe dele que é um trabalho difícil de ser feito, a gente vai conseguir um dinheirinho a mis para educação, para a saúde e a gente vai cobrar mais do governo que faça realmente, se não fizer a gente cobra aqui e briga de novo, mas na Secretaria de Fazenda eu acho que vai ser difícil brigar com eles.” Logo em seguida fez o uso da palavra o **Thiago Gibrail** que agradeceu este parlamento, a Vossa Excelência, o Presidente **Gil Magno**, agradeceu seus companheiros de prefeitura a platéia, em especial ao Vereador **Domingos Protetor**, dizendo que respeita o passado, até porque foi o legado do passado que fez reconduzir o maior promíscuo da história dessa cidade, também agradeceu ao Vereador **Mauro Peralta**, e disse que a Prefeitura está pagando o piso nacional da enfermagem. Em seguida se manifestou o subsecretário **Alexander** que convidou a mesa, inclusive os que estavam presentes e também aos que estavam acompanhando pela internet, que o Município estava afirmando no dia seguinte àquela audiência um termo de cooperação com o Conselho Regional de Contabilidade, é onde teriam o primeiro evento, teriam palestra sobre a reforma tributária, achando ser muito importante para todos, inclusive do Município, disse que aconteceria às quatorze (14) horas no auditório do Serratec no

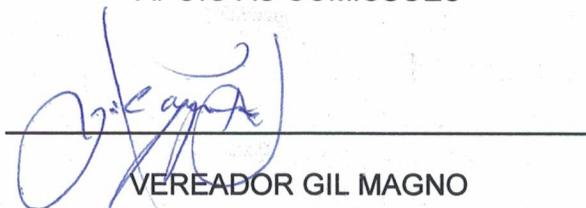


Quitandinha, e que o palestrante que iria acompanhar, e quem iria ministrar a palestra seria o Doutor Paulo Henrique Pegas, e disse que teve aula com ele no Ibmecc na FGV, dizendo que é um dos melhores nomes e é alguém que integra a Comissão, que está participando da reforma tributária no Congresso Nacional, então disse ter muita informação de valor, e muito boa à palestra se avizinha, convidando novamente à todos. Agradeceu o Vereador **Gil Magno** dizendo: "Na certeza que esta casa busca sempre o interesse da Cidade, o encontro de hoje foi sem dúvida um espaço onde pudemos nos informar para melhor representar todos os petropolitanos, agradeço a presença de cada um dos senhores aqui e dos nobres Vereadores, da assistência presente, de todos que nos assistem e estamos encerrando neste momento essa audiência pública." Agradeceu à todos. E eu, Letícia Gonçalves Bertelli, Assistente de Apoio às Comissões, escrevo esta para constar e assino.



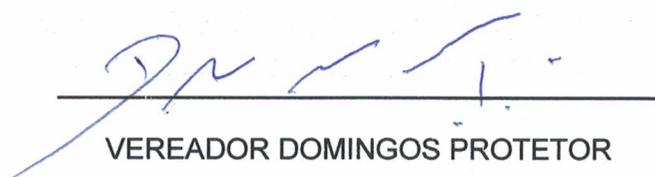
LETÍCIA GONÇALVES BERTELLI

APOIO AS COMISSÕES



VEREADOR GIL MAGNO

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO



VEREADOR DOMINGOS PROTETOR



VEREADOR DOUTOR MAURO PERALTA